

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

VANESSA FRANCISCO NESTLE

**MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO: COMPORTAMENTO DO SALÁRIO
MÍNIMO E DA POLÍTICA DE RENDAS, 1968 - 1973**

VARGINHA/MG

2025

VANESSA FRANCISCO NESTLE

**MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO: COMPORTAMENTO DO SALÁRIO
MÍNIMO E DA POLÍTICA DE RENDAS, 1968 - 1973**

Trabalho de conclusão de Piepex apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientador: Thiago Fontelas Rosado Gambi

VARGINHA/MG

2025

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Nestle, Vanessa Francisco.

Milagre econômico brasileiro: comportamento do salário mínimo e da política de rendas, 1968 - 1973 / Vanessa Francisco Nestle. - Varginha, MG, 2025.

24 f. : il. -

Orientador(a): Thiago Fontelas Rosado Gambi.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2025.

Bibliografia.

1. Arrocho salarial. 2. Desigualdade. 3. Política de rendas. 4. Salário mínimo. I. Gambi, Thiago Fontelas Rosado, orient. II. Título.

VANESSA FRANCISCO NESTLE

**MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO: COMPORTAMENTO DO
SALÁRIO MÍNIMO E DA POLÍTICA DE RENDAS, 1968 - 1973**

O(A) Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação do(a) Trabalho de Conclusão de Curso apresentado(a) como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em: 13 de novembro de 2025

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi
Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:  **THIAGO FONTELAS ROSADO GAMBI**
Data: 24/11/2025 09:43:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Herick Vazquez Soares
Universidade Federal de Alfenas

Prof.^a Dr.^a Fabiane Fidelis Querino
Universidade Federal de Alfenas

RESUMO

O presente trabalho analisa o comportamento do salário mínimo no Brasil durante o período do Milagre Econômico (1968–1973), à luz da política de rendas adotada pelo regime militar e seus impactos sobre a distribuição de renda, tendo como objetivo demonstrar a coexistência entre crescimento econômico e desigualdade social por meio do contraste entre dados macroeconômicos e estatísticas de renda obtidas na revisão bibliográfica. O estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica, contemplando dados macroeconômicos, indicadores salariais e pesquisas sobre desigualdade social. Constatou-se que o Milagre Econômico foi sustentado por uma combinação de reformas institucionais implementadas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), política econômica expansionista e contexto internacional favorável, resultando em elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e redução da inflação. Entretanto, o arrocho salarial, aliado à repressão sindical, impediu que os ganhos de produtividade fossem repassados aos trabalhadores, comprometendo a valorização real do salário mínimo. A análise dos dados revela que, apesar dos reajustes nominais anuais, o crescimento real dos salários foi modesto, insuficiente para reverter a concentração de renda, que se intensificou na década de 1970. Ademais, verificou-se que grande parte da força de trabalho, sobretudo nas regiões rurais e no setor informal, não era alcançada pela legislação do salário mínimo, limitando sua eficácia distributiva. O estudo conclui que o crescimento econômico do período ocorreu de forma excludente, evidenciando a coexistência entre expansão econômica e aprofundamento das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Arrocho salarial. Desigualdade. Distribuição. Milagre Econômico Brasileiro. Política de rendas. Política salarial. Salário mínimo.

ABSTRACT

This paper examines the behavior of the minimum wage in Brazil during the Economic Miracle (1968–1973), in light of the income policy adopted by the military regime and its impacts on income distribution. It aims to demonstrate the coexistence of economic growth and social inequality by contrasting macroeconomic data and income statistics drawn from the literature review. The study is based on a bibliographical review encompassing macroeconomic data, wage indicators, and research on social inequality. The findings indicate that the Economic Miracle was supported by a combination of institutional reforms implemented under the Government Economic Action Program (PAEG), expansionary economic policy, and a favorable international context, which led to high growth rates of Gross Domestic Product (GDP) and reduced inflation. However, wage squeeze, coupled with trade union repression, prevented productivity gains from being passed on to workers, undermining the real appreciation of the minimum wage. Data analysis shows that, despite annual nominal adjustments, real wage growth was modest and insufficient to reverse income concentration, which intensified in the 1970s. Moreover, a large share of the labor force, particularly in rural areas and the informal sector, was not covered by minimum wage legislation, which limited its distributive effectiveness. The study concludes that the economic growth of the period was exclusionary, highlighting the coexistence of economic expansion and the deepening of social inequalities.

Keywords: Wage squeeze. Inequality. Income policy. Minimum wage.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CONTEXTO ECONÔMICO	9
2.1 ANÁLISE DOS INDICADORES MACROECONÔMICOS, 1968-1973.....	10
2.1.1 Comparação dos indicadores macroeconômicos entre períodos	11
3 EFEITOS DA POLÍTICA SALARIAL DO PAEG	13
3.1 VALOR NOMINAL E REAL DO SALÁRIO MÍNIMO, 1968-1973.....	14
3.2 DISTRIBUIÇÃO A PARTIR DE CLASSES DE RENDA	15
3.3 VARIAÇÃO DOS ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO ENTRE 1960-1970.....	16
4 CENÁRIO PÓS-MILAGRE	18
4.1 INSUFICIÊNCIA DA VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE	19
4.2 POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO, 2004-2013	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1960, a economia brasileira vivenciou um processo de industrialização voltado ao mercado interno, ainda que o país permanecesse dependente das exportações de café e de aportes externos de capital e tecnologia. Apesar do avanço da indústria, a conjuntura foi marcada por desequilíbrios macroeconômicos e instabilidade política. O breve governo de Jânio Quadros tentou implementar medidas ortodoxas de estabilização, enquanto João Goulart buscou articular reformas estruturais e políticas distributivas, sem sucesso¹. A aceleração inflacionária, a queda dos investimentos e o fracasso do Plano Trienal² de Celso Furtado agravaram a crise econômica, criando as condições que culminaram no golpe militar de 1964 (Almeida, 2018).

A instalação do regime militar em 1964 deu início a um período de 21 anos de governo autoritário no Brasil, marcado por intensas transformações econômicas, sociais e políticas. Embora tenha restringido liberdades civis e promovido a repressão política, o regime foi também responsável por um ciclo de crescimento acelerado da economia, especialmente entre 1968 e 1973, fase conhecida como Milagre Econômico. Nesse intervalo, o país registrou taxas médias de crescimento do PIB acima de 11% ao ano, redução da inflação, expansão do crédito ao consumo e aumento dos investimentos estrangeiros diretos. Obras de grande porte, como a construção da Rodovia Transamazônica, simbolizaram a aposta em infraestrutura para integrar o território e estimular o desenvolvimento (Galvão Júnior, 2024).

Conforme Galvão Júnior (2024), a política econômica adotada enfatizava o crescimento da produção com base em crédito subsidiado, arrocho salarial e financiamento externo. Como resultado, surgiu uma nova classe média urbana e a indústria, notadamente a automobilística, foi impulsionada. Entretanto, esse modelo gerou profundas contradições: o endividamento externo saltou de US\$ 3,9 bilhões em 1964 para mais de US\$ 93 bilhões em 1985, e a concentração de renda se intensificou. A frase do então ministro da Fazenda, Delfim Netto – “era preciso primeiro fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo” – sintetiza a prioridade dada ao crescimento

¹ Jânio Quadros renunciou inesperadamente em agosto de 1961, abrindo caminho para que seu vice, João Goulart, assumisse a Presidência em meio a forte instabilidade política.

² Elaborado por Celso Furtado em 1962, o Plano Trienal buscava conter a inflação e retomar o crescimento econômico por meio de medidas de austeridade e reformas estruturais, mas fracassou diante da resistência política e social.

econômico em detrimento da distribuição da renda.

Nesse contexto, este trabalho trata de analisar o comportamento do salário mínimo durante o chamado Milagre Econômico Brasileiro (1968–1973), mais especificamente a política de rendas adotada pelo regime militar, marcada pelo arrocho salarial. Busca-se apresentar como se procedeu a distribuição de renda entre as diferentes camadas da população brasileira, enfatizando a dinâmica do salário mínimo no período.

Analisar o comportamento do salário mínimo e a distribuição de renda é fundamental para revelar como o crescimento econômico pode mascarar a realidade social. Assim, contribui-se para a compreensão crítica do modelo de crescimento adotado no período e suas implicações sociais, oferecendo subsídios para o debate contemporâneo sobre políticas de valorização do trabalho e redução das desigualdades.

O objetivo deste trabalho é demonstrar a coexistência entre crescimento econômico e desigualdade social, contrastando os dados macroeconômicos do período com dados estatísticos que revelam a distribuição de renda entre diferentes segmentos populacionais.

O estudo fundamenta-se em uma revisão bibliográfica que reúne e analisa contribuições de artigos acadêmicos, relatórios institucionais e séries estatísticas produzidas por órgãos oficiais. Essa revisão abrange dados macroeconômicos do período do Milagre Econômico, indicadores salariais relacionados ao comportamento do salário mínimo e pesquisas que investigam a dinâmica da desigualdade social no Brasil. A partir desse conjunto de fontes, busca-se construir uma compreensão crítica sobre como o crescimento acelerado conviveu com a concentração de renda, permitindo identificar os mecanismos econômicos e políticos que moldaram a distribuição dos ganhos durante o regime militar.

Após delinear o cenário político e social que antecedeu o golpe militar e a fase do chamado Milagre Econômico, torna-se necessário compreender os fundamentos econômicos que possibilitaram tal crescimento. Assim, a próxima seção apresenta o contexto econômico do período, destacando as reformas do PAEG e as condições internas e externas que sustentaram a posterior expansão da economia.

2 CONTEXTO ECONÔMICO

De acordo com Veloso et al (2008), os determinantes do Milagre Econômico Brasileiro (1968–1973) podem ser agrupados em três eixos principais: a política econômica expansionista, o ambiente externo favorável e, sobretudo, as reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Durante o período, observou-se uma expressiva ampliação do crédito ao setor privado e estímulos às exportações, por meio de instrumentos como o sistema de minidesvalorizações cambiais e o Programa BEFLEX (Benefícios Fiscais à Exportação). O contexto internacional também foi propício, marcado por melhora nos termos de troca, expansão do comércio mundial e crédito externo barato. No entanto, os autores destacam que "a aceleração do crescimento associada ao 'milagre' decorreu em grande medida do efeito defasado das reformas associadas ao PAEG". Tais reformas, implementadas entre 1964 e 1967, abrangeram a reestruturação fiscal e tributária, a modernização do sistema financeiro e a abertura gradual da economia ao exterior, criando um novo arcabouço institucional orientado ao mercado é essencial para a sustentação do crescimento acelerado que se verificou posteriormente.

Segundo Kerecki e Santos (2009), o PAEG, instituído após o golpe de 1964, teve como principal objetivo restaurar a estabilidade econômica e estruturar bases institucionais para o crescimento. Em um contexto de alta inflação e crise fiscal, o plano buscou controlar os preços, reorganizar o sistema financeiro e corrigir os desequilíbrios externos.

As medidas incluíram uma política monetária restritiva, elevação dos juros, limitação do crédito e controle da emissão de moeda. Entre as reformas estruturais destacam-se a criação do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Nacional de Habitação (BNH). A reforma tributária introduziu o PIS, PASEP e o FGTS, este último como forma de poupança compulsória voltada ao investimento em habitação (Kerecki e Santos, 2009).

Ainda de acordo com os autores, o financiamento do Estado passou a ser feito por meio da emissão de títulos públicos como as ORTNs e LTNs. Segundo eles, o PAEG só foi viável graças ao regime autoritário, que permitiu a aplicação de medidas impopulares, como o arrocho salarial. Assim, "o PAEG foi o primeiro plano econômico do novo governo (militar), neste momento, sem a necessidade de atender as massas" (Kerecki e Santos, 2009, pág.184).

Durante o Milagre Econômico Brasileiro, o regime militar adotou uma política de desenvolvimento que, embora tenha promovido elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), foi sustentada por mecanismos que aprofundaram as desigualdades sociais, sobretudo por meio do já citado arrocho salarial. Assim, “o aparente desenvolvimento econômico, mitigado pelo subsídio internacional, resultou no endividamento externo do Brasil, no arrocho salarial dos trabalhadores e no aprofundamento da desigualdade social” (Costa e Santos, 2023, pág. 9345). Essa estratégia de contenção dos salários integrou um projeto mais amplo de modernização autoritária, no qual o crescimento econômico era priorizado em detrimento da distribuição de renda e da valorização do trabalho. Dessa forma, os dois pilares centrais do modelo de desenvolvimento adotado teriam sido o endividamento externo e arrocho salarial.

Compreendido o arcabouço institucional e as estratégias adotadas pelo regime, cabe agora examinar os números que traduzem esse fenômeno. A análise dos indicadores macroeconômicos permite avaliar de forma objetiva a dimensão do crescimento econômico e suas contradições.

2.1 ANÁLISE DOS INDICADORES MACROECONÔMICOS, 1968-1973

A Tabela 1, apresentada por Veloso et al (2008), revela um retrato dos indicadores macroeconômicos do Brasil entre 1968 e 1973, revelando a força do Milagre Econômico, com destaque para o crescimento acelerado do PIB, que saltou de 9,8% para 14,0%, e a queda da inflação, que recuou de 25,5% para 15,6%, refletindo a eficácia das políticas do PAEG e do arrocho salarial.

As exportações cresceram expressivamente, enquanto as importações oscilaram, contribuindo para saldos comerciais positivos em parte do período. Apesar do dinamismo, o déficit em conta corrente aumentou, passando de US\$ 582 milhões para US\$ 2.085 milhões, indicando maior dependência de capitais externos. A melhora na razão dívida externa/exportações e o saldo positivo do balanço de pagamentos sugerem que o crescimento foi financiado de forma aparentemente sustentável no curto prazo (Veloso et al, p. 224).

Tabela 1 – Dados macroeconômicos do Milagre Econômico (1968-1973)

Indicadores Selecionados	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Taxa de crescimento do PIB (%)	9,8	9,5	10,4	11,3	11,9	14,0
Inflação (IGP, %)	25,5	19,3	19,3	19,5	15,7	15,6
Taxa de crescimento das exportações em US\$ (%)	13,7	22,9	18,5	6,0	37,4	55,3
Taxa de crescimento das importações em US\$ (%)	28,7	7,4	25,8	29,5	30,6	46,3
Saldo da Balança Comercial (em US\$ milhões)	26	318	232	-344	-241	7
Saldo em Conta Corrente (em US\$ milhões)	-582	-364	-839	-1.630	-1.688	-2.085
Dívida Externa Líquida / Exportação de Bens	2,0	1,7	1,8	2,3	1,8	2,1
Saldo do Balanço de Pagamentos (em US\$ milhões)	97	531	534	537	2.538	2.380

Fonte: Veloso et al (2008).

Veloso et al (2008, p. 222-223) revelam, no entanto, que os dados apontam para uma crescente vulnerabilidade externa, evidenciando que o Milagre teve como base uma combinação de forte expansão, controle inflacionário e financiamento externo, mas com riscos estruturais para o longo prazo.

Entretanto, os dados do período só ganham sentido pleno quando comparados com os anos imediatamente anteriores. Essa comparação evidencia as transformações estruturais da economia brasileira e revela a intensidade da ruptura provocada pelas reformas do PAEG.

2.1.1 Comparação dos indicadores macroeconômicos entre períodos

A Tabela 2, também presente no estudo de Veloso et al (2008), compara os indicadores macroeconômicos do Brasil entre os períodos 1964–1967 (pós-PAEG) e 1968–1973 (Milagre Econômico). O crescimento médio do PIB saltou de 4,2% para 11,1% ao ano, acompanhado por uma expressiva redução da inflação, de 45,5% para 19,1%, refletindo, respectivamente, o impacto das políticas expansionistas posteriores e das reformas do PAEG. Houve forte aceleração nas exportações, de 4,1% para 24,6%, e nas importações, de 2,7% para 27,5%, o que neutralizou os superávits

comerciais anteriores e levou a um déficit crescente na conta corrente³.

Tabela 2 – Comparação do indicadores macroeconômicos entre períodos

Indicadores Selecionados	Média 1964-1967	Média 1968-1973
Taxa de crescimento do PIB (% a.a.)	4,2	11,1
Inflação (IGP, % a.a.)	45,5	19,1
Taxa de crescimento das exportações em US\$ (% a.a.)	4,1	24,6
Taxa de crescimento das importações em US\$ (% a.a.)	2,7	27,5
Saldo da Balança Comercial (em US\$ milhões)	412	0
Saldo em Conta Corrente (em US\$ milhões)	15	-1.198
Dívida Externa Líquida / Exportação de Bens	2,0	1,8
Saldo do Balanço de Pagamentos (em US\$ milhões)	-13,8	1.102,8

Fonte: Veloso et al (2008).

Apesar disso, o balanço de pagamentos tornou-se positivo devido à entrada maciça de capitais externos, enquanto a relação dívida externa/exportações melhorou levemente de 2,0 para 1,8, graças ao crescimento das vendas externas (Veloso et al, 2008).

Embora o desempenho macroeconômico tenha sido expressivo, é essencial observar como a política salarial impactou a renda dos trabalhadores. A seguir, examinam-se os efeitos do PAEG sobre os salários, em especial o salário mínimo, e suas consequências distributivas.

³ A conta corrente da balança de pagamentos é a parte que registra todas as transações de um país com o resto do mundo relacionadas a bens, serviços, rendas e transferências unilaterais. Em outras palavras, ela mostra se o país está gastando mais do que recebe em suas relações econômicas correntes.

3 EFEITOS DA POLÍTICA SALARIAL DO PAEG

Horie (2019) afirma que a política salarial instituída pelo PAEG, a partir do golpe militar de 1964, representou um marco na intervenção estatal sobre o mercado de trabalho no Brasil, tendo como objetivo declarado o combate à inflação. Para isso, substituiu a negociação coletiva por uma fórmula de reajuste que vinculava aumentos salariais à média dos salários dos últimos 24 meses, a uma estimativa de inflação futura e à produtividade do ano anterior. No entanto, a sistemática subestimação dos índices inflacionários e de produtividade imposta pelo Estado resultou em perdas reais significativas para os trabalhadores, especialmente aqueles de baixa renda, como os assalariados que recebiam o salário mínimo.

Essa política se sustentou em um contexto de repressão ao movimento sindical, com medidas como a intervenção em centenas de sindicatos e a proibição do direito de greve, tornando inviável qualquer contestação organizada por parte dos trabalhadores. Enquanto o PIB per capita crescia a taxas elevadas, os ganhos de produtividade não foram integralmente repassados aos salários, provocando o achatamento da renda do trabalho e o aumento da desigualdade social, conforme Horie, 2019, p. 56).

Horie (2019) conclui que o resultado foi a ampliação da concentração de renda: em 1970, os 10% mais ricos da população absorviam 47,8% da renda total, contra 39,7% em 1960, enquanto os 40% mais pobres viram sua participação diminuir de 11,6% para 9,8% no mesmo período. Assim, na visão do autor, a política salarial do PAEG contribuiu decisivamente para consolidar um modelo de crescimento econômico excludente, marcado por aumento dos lucros empresariais, enfraquecimento dos direitos trabalhistas e piora na distribuição funcional da renda.

Por outro lado, a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que reformulou a Constituição de 1967 durante o regime militar, previa um conjunto de direitos trabalhistas voltados à proteção social do trabalhador. O artigo 165 estabelecia, entre outras garantias, o direito a um salário mínimo regionalizado, suficiente para atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família, além do salário-família, descanso semanal remunerado, férias, limitação da jornada de trabalho a oito horas diárias, e proibição de discriminação por sexo, cor ou estado civil. Também foram assegurados direitos como adicional noturno, participação nos lucros, estabilidade ou indenização por dispensa, reconhecimento das convenções coletivas, assistência

médica e previdência social tripartite (Brasil, 1969).

A coexistência entre o arrocho salarial do PAEG e a ampliação de direitos sociais na Emenda de 1969 expressa uma estratégia típica do autoritarismo desenvolvimentista: conter salários e disciplinar conflitos por meio de uma política de rendas subindexada (reajuste anual pela média real de 24 meses, produtividade e fração da inflação prevista), enquanto constitucionaliza direitos “na forma da lei” e restringe a ação coletiva (intervenções sindicais, limitação ao direito de greve). Simultaneamente, novos institutos — como o FGTS, que substituiu a estabilidade e abasteceu o BNH — funcionaram como mecanismos de financiamento ao investimento habitacional e urbano. Assim, a expansão “no papel” da proteção social legitimava o regime e ampliava a cobertura seletiva, mas o desenho institucional manteve baixa a participação dos salários e alto o poder de controle estatal sobre o trabalho (Fagnani, 1997, p. 192–197, 203–207; HORIE, 2019, p. 51–57, 58–60, 63–66).

Nesse contexto, uma análise detalhada do comportamento nominal e real do salário mínimo é indispensável, pois esse indicador sintetiza a relação entre crescimento econômico e bem-estar dos trabalhadores.

3.1 VALOR NOMINAL E REAL DO SALÁRIO MÍNIMO, 1968-1973

A Tabela 3, retirada do estudo de Paim (2005), apresenta o valor nominal do salário mínimo durante o período do Milagre Econômico. Vale ressaltar que o salário mínimo era regionalizado, o que significa que os dados apresentados não representam a realidade salarial em diversas regiões, porém servem como base para uma análise geral.

Tabela 3 – Salário nominal durante o Milagre Econômico

Ano	Decreto	Valor em moeda vigente	Reajuste(%)
26/03/1968	Dec. 62.461/68	NCr\$129,60	-
01/05/1969	Dec. 64.442/69	NCr\$156,00	20,37
01/05/1970	Dec. 66.523/70	NCr\$187,20	20,00
01/05/1971	Dec. 68.576/71	Cr\$225,60	20,51
01/05/1972	Dec. 70.465/72	Cr\$268,80	19,15
01/05/1973	Dec. 72.148/73	Cr\$312,00	16,07

Fonte: Paim (2005).

Conforme apresentado, entre 1968 e 1973, o salário mínimo nominal apresentou aumentos anuais estabelecidos por decretos presidenciais, refletindo a política salarial adotada durante o período. Os valores evoluíram de NCr\$129,60⁴ em março de 1968 para Cr\$312,00 em maio de 1973, representando um reajuste acumulado de mais de 140% no período (Paim, 2005).

No entanto, quando comparados aos índices oficiais de inflação, como o IGP-DI⁵ apresentando na Tabela 4, observa-se que os reajustes apenas compensaram parcialmente as perdas inflacionárias, gerando um crescimento real do salário mínimo bastante modesto (Cysne, 1994, p. 5, 7, 30-31).

Tabela 4 – Inflação e taxa de crescimento do PIB durante o Milagre (1968-1973)

Ano	Inflação (IGP-DI,%)	Aumento real(%)
1968	25,49	-
1969	20,09	0,23
1970	19,28	0,60
1971	19,47	0,87
1972	15,72	2,96
1973	15,54	0,46

Fonte: Cysne (1994).

Nesse contexto, embora o salário mínimo nominal tenha sido reajustado anualmente, esses aumentos apenas acompanharam a inflação, com variações pouco superiores ao índice de preços.

Contudo, os números do salário mínimo, isoladamente, não revelam toda a realidade social. Para tanto, é preciso observar a distribuição da renda entre diferentes camadas da população, o que permite dimensionar a profundidade das desigualdades do período.

3.2 DISTRIBUIÇÃO A PARTIR DE CLASSES DE RENDA

⁴ Em 1970, o governo extinguiu o *Cruzeiro Novo* (NCr\$), criado em 1967 como moeda transitória, e restabeleceu a designação *Cruzeiro* (Cr\$) como unidade monetária do país. A troca foi apenas nominal, na proporção de 1 para 1, ou seja, 1 Cruzeiro Novo passou a valer 1 Cruzeiro, sem alteração do poder de compra. Essa mudança visava dar maior estabilidade e simplicidade ao sistema monetário.

⁵ O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) desde 1944, é um indicador amplo da inflação no Brasil.

A Tabela 5, extraída de Langoni (1972), oferece uma radiografia da distribuição de renda no Brasil durante o Milagre, revelando importantes distorções que ajudam a compreender o comportamento do salário mínimo e os limites da política de rendas da época.

Tabela 5 – Distribuição a partir de classes de renda (1960)

Classe de Renda (Cr\$ por mês)	% da População	% da Renda	Renda Média (Cr\$ por mês)
até 2.100	25,2	5,2	1,2
2.101 – 3.000	17,1	7,7	2,6
3.001 – 4.500	13,0	8,8	4,0
4.501 – 6.000	15,2	13,2	5,2
6.001 – 10.000	16,7	21,2	7,5
10.001 – 20.000	9,1	20,6	13,2
20.001 – 50.000	2,9	14,7	29,4
50.001 +	0,5	8,0	87,9
TOTAL			5,9

Fonte: Langoni (1972).

Nota-se uma elevada concentração de renda nas faixas mais altas. Enquanto os 25,2% mais pobres da população apropriavam-se de apenas 5,2% da renda nacional, os 3,4% mais ricos, aqueles com renda acima de Cr\$20.000/mês, concentravam 22,7% da renda total. Ainda mais impressionante é o grupo de apenas 0,5% da população, que detinha 8% de toda a renda com uma média mensal de Cr\$87,9, contrastando drasticamente com os Cr\$1,2 da classe mais baixa (Langoni, 1972).

Os dados por classes de renda, ainda que reveladores, devem ser complementados pelos índices de concentração, que permitem medir a desigualdade de maneira sistemática e comparável ao longo do tempo.

3.3 VARIAÇÃO DOS ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO ENTRE 1960-1970

A Tabela 6 demonstra que, entre 1960 e 1970, a desigualdade de renda no Brasil aumentou de forma significativa, independentemente do índice utilizado. Os três principais indicadores, Gini, Variância dos Logaritmos e Theil, apresentaram crescimento expressivo, sendo o Índice de Theil o que mais variou, com alta de

37,09% ao excluir a população sem renda. Mesmo ao incluir os que não tinham rendimento, os índices continuaram a subir, embora com menor intensidade. Isso revela que o aumento da desigualdade não se limitou aos extremos da exclusão, mas também ocorreu dentro da própria população economicamente ativa, de acordo com Langoni (1972, p. 15–18, 46 e 50).

Tabela 6 – Variação dos índices de concentração entre 1960/1970

Índices	(1) Exclui o Pessoal com Renda Zero			(2) Inclui o Pessoal com Renda Zero		
	Gini	Var. dos Logs	Theil	Gini	Var. dos Logs	Theil
1960	0,4999	0,8971	0,4699	0,5570	1,69	0,5802
1970	0,5684	0,9763	0,6442	0,6049	1,71	0,7267
1970/1960	+13,70	+8,82	+37,09	+8,60	+1,18	+25,25

Fonte: Langoni (1972).

O crescimento mais acentuado do Índice de Theil evidencia que o enriquecimento dos estratos superiores foi a principal força por trás da concentração de renda, confirmando que o crescimento econômico do período foi profundamente excludente (Langoni, 1972, p. 49-51).

Se entre 1968 e 1973 o crescimento mascarava tensões sociais, os anos posteriores expuseram com clareza a exclusão econômica. Assim, o próximo tópico analisa o cenário pós-Milagre, destacando o agravamento das disparidades salariais.

4 CENÁRIO PÓS-MILAGRE

A Tabela 7, referente ao ano de 1976, extraída da análise de Macedo (1981, p. 44-45) revela as intensas desigualdades salariais no Brasil pós-Milagre, destacando que uma expressiva parcela da força de trabalho recebia até um salário mínimo, sobretudo em contextos rurais, entre mulheres e nas regiões menos desenvolvidas. Enquanto apenas 31% dos trabalhadores urbanos estavam nessa faixa de renda, no meio rural esse número saltava para 71%, com destaque para as mulheres rurais, das quais 90% recebiam até um salário mínimo. Regionalmente, os menores percentuais estavam no Distrito Federal (18%) e em São Paulo (21%), enquanto o Nordeste liderava com 71%. Setorialmente, a precarização era mais acentuada na agricultura (72%), seguida por serviços (54%) e, por último, a indústria (24%).

Tabela 7 - Percentagem da força de trabalho com rendimento até um salário mínimo, por diferente características, 1976

POPULAÇÃO URBANA	Percentagem
Homens	31
Mulheres	52
POPULAÇÃO RURAL	Percentagem
Homens	63
Mulheres	90
REGIÕES	Percentagem
I (Rio de Janeiro)	28
II (São Paulo)	21
III (Região Sul)	49
IV (Minas e Espírito Santo)	50
V (Nordeste)	71
VI (Distrito Federal)	18
VII (Norte)	40-
SETOR DE ATIVIDADE	Percentagem
Agricultura	72
Indústria	24
Serviços	54

Fonte: Macedo (1981).

Esses dados confirmam que o crescimento econômico da década anterior não se traduziu em inclusão salarial, aprofundando desigualdades de classe, gênero,

localização e setor produtivo, conclui Macedo (1981, p. 43–46, 49–53).

Diante desse quadro, surge a necessidade de discutir as políticas de valorização do salário mínimo como instrumento redistributivo. Essa análise permite contrastar o fracasso das medidas do período militar com experiências mais recentes de combate à desigualdade.

4.1 INSUFICIÊNCIA DA VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE

Segundo Macedo (1981, p. 43–46, 49, 53), a política do salário mínimo no Brasil foi superestimada como determinante da piora na distribuição de renda durante os anos 1960. Embora muitos autores atribuíssem ao salário mínimo um papel central nesse processo, Macedo argumenta que sua eficácia distributiva foi limitada, uma vez que grande parte da população de baixa renda não estava abrangida pela legislação, especialmente em regiões rurais, no setor informal e entre as mulheres.

O autor demonstra que, mesmo com a queda do valor real do salário mínimo ao longo da década, os salários dos trabalhadores não qualificados não seguiram a mesma trajetória descendente, o que enfraquece a tese de que o salário mínimo seria o principal piso regulador dos rendimentos. Amparado no modelo de dualidade estrutural de Lewis, Macedo (1981, p. 47–49, 50–51, 53) sustenta que o salário de subsistência – e não o salário mínimo – é o verdadeiro piso para os rendimentos nas economias em desenvolvimento, como a brasileira.

Além disso, destaca-se que os diferenciais salariais entre regiões ricas e pobres não foram reduzidos, mesmo com reajustes regionais do mínimo. Assim, o autor conclui que a política do salário mínimo, embora importante do ponto de vista simbólico e político, possui alcance limitado no combate à pobreza, e defende que seu uso deve ser combinado com políticas públicas mais amplas, como estímulo à geração de empregos, aumento da produtividade agrícola e ampliação dos benefícios sociais.

Em suma, Macedo (1981, p. 43–46, 49, 53) funciona como um contraponto: ele desloca o foco da política salarial como “vilã” da desigualdade e destaca limites de cobertura e de eficácia do salário mínimo naquele contexto.

Diante desse quadro, surge a necessidade de discutir as políticas de valorização do salário mínimo como instrumento redistributivo. Essa análise permite

contrastar o fracasso das medidas do período militar com experiências mais recentes de combate à desigualdade.

4.2 POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO, 2004-2013

A política de valorização do salário mínimo desempenhou papel central na redução da desigualdade de renda no Brasil entre 2004 e 2013. Segundo Saboia e Neto (2018), o salário mínimo teve crescimento real expressivo nesse período, sustentado por uma legislação específica de reajuste anual que combinava correção inflacionária com o crescimento do PIB. Utilizando simulações baseadas em elasticidades dos rendimentos do trabalho em relação ao salário mínimo, os autores estimam que cerca de 56% da queda do índice de Gini no período analisado pode ser atribuída ao aumento do salário mínimo, com efeitos importantes tanto no mercado de trabalho quanto nas transferências públicas, como aposentadorias e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Além disso, observou-se um aumento da participação da remuneração do trabalho no PIB — de 38,3% para 43,4% —, sendo aproximadamente 3,2 pontos percentuais dessa elevação, explicados diretamente pela valorização do salário mínimo. Os autores alertam, contudo, que a efetividade redistributiva do salário mínimo tende a decrescer com aumentos sucessivos, sendo necessário complementar essa política com estratégias voltadas à retomada do crescimento econômico e à elevação da produtividade (Saboia e Neto, 2018, p. 279–281, 282–283).

Ainda assim, é preciso reconhecer os limites dessa política quando aplicada isoladamente, apontando a necessidade de estratégias complementares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do salário mínimo durante o Milagre Econômico Brasileiro evidencia a contradição central do modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar: crescimento econômico robusto coexistindo com aprofundamento das desigualdades sociais. Embora o PIB e os investimentos tenham atingido patamares históricos, a política de rendas, marcada pelo arrocho salarial e pelo controle estatal sobre reajustes, impediu que os ganhos de produtividade fossem repassados de forma significativa aos trabalhadores. O resultado foi a concentração de renda em segmentos restritos da população, como evidenciado pelos índices de Gini e Theil e pela distribuição por classes de renda.

O estudo também reforça que a política de salário mínimo, por si só, apresenta alcance limitado como instrumento redistributivo, especialmente em contextos de elevada informalidade, desigualdade regional e baixos níveis de produtividade. A experiência mais recente, entre 2004 e 2013, mostra que, quando combinada com crescimento econômico e políticas complementares, a valorização do salário mínimo pode exercer papel relevante na redução das desigualdades.

Dessa forma, conclui-se que, para evitar a repetição de modelos concentradores de renda, é necessário articular políticas salariais a um conjunto mais amplo de medidas: fortalecimento da negociação coletiva, estímulo à formalização do trabalho, investimentos em educação e inovação, e estratégias de desenvolvimento regional equilibrado. Essa abordagem integrada é uma alternativa que possibilita alinhar crescimento econômico e justiça social de forma sustentável no longo prazo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. A trajetória econômica do Brasil na era militar: crescimento e crises. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 7.; ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 9., 2018, *cidadeevento* Brasília. **Anais**. *Cidade* Brasília: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2018. Disponível em: https://www.abphe.org.br/uploads/Encontro_2018/ALMEIDA.%20A%20TRAJET%C3%93RIA%20ECON%C3%94MICA%20DO%20BRASIL%20NA%20ERA%20MILITAR_CRESCIMENTO%20E%20CRISES.pdf. Acesso em: 26 jul. 2025.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. **Legislação informatizada**. *Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1969?* Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1969? Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-1-17-outubro-1969-364989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- COSTA, J. R.; SANTOS, S. M. dos. **O projeto de desenvolvimento no regime militar: crepúsculo da formação humanista, alvorada da educação tecnicista e a retomada do ensino dualista**. Revista Contemporânea, *local*[S.l.], v. *x3*, n. *y07*, p. *página inicial*9319–*página final*9352, 2023.
- CYSNE, R. **A economia brasileira no período militar**. Disponível em: <https://epge.fgv.br/users/rubens/wp-content/uploads/2015/12/a-economia-brasileira-do-periodo-militar.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2025.
- FAGNANI, Eduardo. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 183–238, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643175>. Acesso em: 21 set. 2025.
- HORIE, L. Salários e distribuição de renda: a política salarial do PAEG. **Leituras de Economia Política**, *local* Campinas, v. *x3*, n. *y19*, p. 50–67, dez. 2019.
- GALVÃO JÚNIOR, P. **Uma relevante análise da economia brasileira nos últimos 80 anos**. Corecon – Conselho Regional de Economia, *cidade* Paraíba, 2024. Disponível em: *link* <https://www.corecon-pb.org.br/uploads/noticias/983959ff30b296ed8d60cc5f0bd494fa45cf1684.pdf> . Acesso em: *data* 19 jul. 2025.
- KERECKI, M.; SANTOS, M. dos. Programa de ação econômica do governo (PAEG): do milagre econômico ao fim do sonho. **Revista Historiador**, *local* Porto Alegre, v. *x* 2, n. *y2*, p. 183–188, dez. 2009.
- LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 5–88, out. 1972.

MACEDO, R. Salário mínimo e distribuição da renda no Brasil. **Estudos Econômicos**, *São Paulo* São Paulo, v. *x*11, n. *y*1, p. 43–56, mar. 1981.

PAIM, P. **Salário mínimo: uma história de luta**. *Cidade* Brasília: *Senado Federal* Senado Federal, *ano*2025. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180154/SalMinimo.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jul. 2025.

SABOIA, J.; NETO, J. H. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil: a partir dos anos 2000. **Economia e Sociedade**, *Campinas* Campinas, v. *x* 27, n. *y* 1, p. 265–285, abr. 2018.

VELOSO, F. A.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968–1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, *local* Rio de Janeiro, v. *x*62, n. *y*2, p. 221–246, jun. 2008.